

Narrativa e resistência em *Banzeiro Òkòtó*, de Eliane Brum¹

Márcio Serelle

Resumo:

Neste artigo, investigo as relações entre narrativa e resistência em *Banzeiro Òkòtó*, obra de Eliane Brum sobre a Amazônia, os povos da floresta e a emergência climática. Analiso, à luz do projeto jornalístico-literário da autora, aspectos relacionados tanto à matéria narrada como a tensões emergentes na escrita. A hipótese é que, no enfrentamento da situação-limite, Brum problematiza e subverte aspectos da escrita, instrumento cultural herdado do colonizador, para experimentar modos inclusivos de narrar. Os resultados apontam para o uso de uma série de recursos narrativos, da reflexividade ao esgarçamento de gêneros, que hibridiza a reportagem e ativa a crítica a formas opressoras da civilização ocidental.

Palavras-chave: Jornalismo narrativo. Resistência. *Banzeiro Òkòtó*, obra de Eliane Brum.

Narrative and resistance in Eliane Brum's *Banzeiro Òkòtó*

Abstract:

In this paper, I investigate how narrative, and resistance are articulated in *Banzeiro Òkòtó*, Eliane Brum's work about the Amazon, forest peoples and climate emergency. It analyzes, considering Brum's journalistic project, aspects related to both the narrated events and the writing itself. The hypothesis is that, in the face of the extreme situation, Brum problematizes and subverts aspects of writing, a cultural instrument inherited from the colonizer, to experiment with inclusive ways of narrating. The results point to the use of a series of narrative resources, from reflexivity to genre dilution, which hybridizes the reportage and activates the criticism of oppressive forms of Western civilization.

Keywords: Narrative journalism. Resistance. Eliane Brum's *Banzeiro Òkòtó*.

Recebido em: 07.02.23
Aprovado em: 20.07.23

Márcio Serelle

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, "Interações Midiáticas", da PUC Minas, com pós-doutorado na University of Queensland (2015). Pesquisador do CNPq.

E-mail: marcio.serelle@gmail.com

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada no Grupo de Trabalho Estudos Sobre Jornalismo, no XVI Congresso da Alaic, em Buenos Aires, em setembro de 2022.

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 20, n. 1, mar./jul. 2023.
ISSNe 1984-6924

Introdução

O problema da forma jornalística como mediação, que possa denunciar opressões sem subjugar os indivíduos violentados cujas histórias são reportadas, tem sido objeto de reflexão de Eliane Brum pelo menos desde o posfácio “Os limites da palavra”, da segunda edição de *O olho da rua* (BRUM, 2017). Nesse paratexto, Brum afirma como passou a se sentir constrangida por usar a palavra escrita da reportagem para narrar a vida de populações de cultura oral.

A verdade dessas populações, seu testemunho, só era escutada quando convertida em letra. Era a palavra escrita que conferia veracidade à verdade. E isso era não só inversão, mas também violência. E, mais do que isso, uma reafirmação da violência. Quando minha reportagem contribuía para promover uma pequena justiça, ela ao mesmo tempo reforçava a injustiça de fundo, a de que aquela transmissão de memória, de experiência e de conhecimento não tinha valor. Essa é também a violência inaugural do Brasil fundado pela carta de Pero Vaz de Caminha (BRUM, 2017, p. 218).

Para a jornalista, essa era uma tradução opressora, pois indicava que a palavra oral dessas comunidades só adquiria valor por meio do texto escrito da cultura dominante, introduzida pelo colonizador. “Contar a história daquelas populações era uma denúncia da violência que sofriam, mas essa denúncia usava o mesmo instrumento do violador” (BRUM, 2017, p. 218). Esse posfácio se refere diretamente, nessa parte, a populações ribeirinhas de Altamira, no Pará, cidade em que futuramente Brum iria se radicar.

Em *Banzeiro Òkòtó*, livro publicado em 2021, a questão retorna intensificada. O título, como Brum explica, une a primeira palavra, usada pelo povo do Xingu, que significa algo como um redemoinho ou forças do rio que podem tragar aquele que faz a travessia, e *òkòtó*, que em iorubá denomina um caracol em movimento espiralado, constituindo, assim, a imagem da Amazônia como centro do mundo em tensão e mutação. Se à primeira vista, *Banzeiro Òkòtó* é uma narrativa de massacres – sobre invasão de território e extermínio da vida –, para Brum, a obra é fulcralmente uma narrativa de resistência. Trata-se “também de uma investigação sobre resistências possíveis no momento em que vivemos o impossível da emergência climática e da sexta extinção em massa de espécies” (BRUM, 2021, p. 64).

Neste artigo, pretendo identificar e analisar formas de resistência presentes na narrativa de *Banzeiro Òkòtó*, com reflexões sobre os possíveis deslocamentos que a obra provoca na narrativa jornalística. A partir do estudo de Alfredo Bosi (2002) sobre a política da narrativa, compreendo a resistência como um preceito ético. “O seu sentido mais profundo apela para a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito” (BOSI, 2002, p. 118). Bosi reconhece, contudo, possibilidades de passagens da esfera ética para a da estética no campo da narrativa, que podem se dar de duas formas: resistência como “tema” e como “processo inerente à escrita”.

Banzeiro Òkòtó aborda questões climáticas e de ameaça às populações (em sentido amplo das espécies) da Amazônia, logo seu tema é declaradamente ético. A hipótese é de que, na obra, esses temas são também acolhidos e desenvolvidos por operações narrativas constituintes de tensões que fazem da própria escrita resistência. Entre essas operações estariam modos de numeração e distribuição dos capítulos, o uso da linguagem inclusiva ou neutra, a hibridação entre crônica histórica, autobiografia, testemunho e reportagem, a estilização da linguagem e a reflexividade, que abre o debate acerca do jornalismo e seus imperativos morais.

Embora o jornalismo de Eliane Brum seja, em geral, marcado por subjetividade e reflexividade (SERELLE, 2018), *Banzeiro Òkòtó* avança em direção a uma narrativa ainda mais afetiva e abertamente posicionada em diálogo com o

ativismo – palavra positiva, segundo a autora, coberta de sentidos pejorativos por confrontar determinada noção de objetividade.

Neste artigo, a análise centra-se nos aspectos da narrativa da obra de Brum, principalmente em dois conjuntos apenas didaticamente separados. Primeiro, aborda-se o tratamento da matéria, com reflexão sobre como determinadas funções do jornalismo narrativo², relacionadas ao caráter informativo e interpretativo, foram desenvolvidas na obra. No segundo momento, privilegiam-se elementos do discurso da narrativa (GENETTE, 1995), como aqueles referentes ao estatuto do narrador (seu ponto de vista e envolvimento com a matéria narrada) e a aspectos de temporalidade (específicos da crônica histórica e do autobiográfico, por exemplo), e estilizações da linguagem, frequentes na obra de Brum. Os resultados da análise apontam para a emergência de um jornalismo narrativo de intervenção que rompe delimitações de gêneros e aponta para a urgência de uma forma que, assim como a identidade da própria autora-narradora, se desestabiliza para dar conta daquilo que narra.

Narrativa e resistência

Na reflexão acerca das narrativas de resistência, Bosi (2002) retoma o par ética e estética, assinalando que os termos pertencem a diferentes âmbitos. A partir do filósofo italiano Benedetto Croce, identifica dois campos, o primeiro referente às potências cognitivas, que abarcam a intuição, como fundamento da arte, e a razão, fundamento da teoria. O segundo campo é o das potências da vida prática identificadas no desejo, que governa as necessidades primárias, e a vontade, que move ações no terreno da política e da ética. Para Croce (1997) é justificada, por exemplo, a desconfiança acerca da “poesia política”, no sentido de militante, uma vez que, para ele, obras estéticas não se confundem com nenhuma forma de ação, pois não objetivam mover o leitor para que ele tome atitudes em relação à vida imediata.

Bosi afirma, contudo, que há translações possíveis da ética para a estética, da resistência para a narrativa. Como vimos, a resistência, segundo o autor, conjuga-se à narrativa de dois modos não excludentes: como tema da narrativa e como “processo inerente à escrita” (BOSI, 2002, p. 120). A mediação entre ética e estética torna-se possível, por exemplo, quando o escritor explora valores, elementos catalisadores da vida social.

Valores e antivalores não existem em abstrato, isto é, absolutamente. Tem todos, para cada um de nós, e de modo intenso para o artista, uma fisionomia. Os poetas os captam e os exprimem mediante imagens, figuras, timbres de vozes, gestos, formas portadoras de sentimentos que experimentamos em nós ou pressentimos no outro (BOSI, 2002, p. 120).

A concatenação entre narrativa e resistência por meio de “tema” e “processo” não significa que o primeiro se refira ao conteúdo e o segundo, à forma. A dicotomia entre forma e conteúdo não condiz com textos artísticos, de desempenho estético, em que os aspectos estilísticos são eles mesmos portadores de sentido. A ética como tema da narrativa, segundo Bosi, pode ser vislumbrada em contextos de urgência que demandam dos escritores obras empenhadas, como nos períodos do século 20 de luta contra governos totalitários, em que a escrita ficcional plasmou “uma linguagem aderente ao real e aos valores do progresso, justiça e liberdade” (BOSI, 2002, p. 126). Podemos pensar, na América Latina, no exemplo de Rodolfo Walsh (2010) que, em face da violência militar argentina, buscou, a partir da década de 1950, a prosa direta da reportagem, com o abandono do conto policial e o ingresso em uma forma narrativa antiburguesa situada entre a literatura e a política.

Já a resistência como processo de escrita pode ser apreendida em obras que, mesmo não deliberadamente políticas, constroem por meio de recursos literários,

² A expressão jornalismo narrativo designa, neste artigo, um conjunto de textos escritos factuais (perfil, crônica-reportagem, grande reportagem em jornal ou revista, livro-reportagem, entre outros formatos) que exploram mais densamente recursos usualmente atribuídos à prosa literária. Esses textos articulam informação por meio de histórias, com desenvolvimento de enredos, personagens e de outros aspectos do discurso narrativo, que podem, inclusive, tornar mais sensível a voz do narrador, seus procedimentos e prerrogativas. Embora o diálogo com as estruturas da ficção literária seja o mais evidente, não se pode descartar a relação desses textos com outras mídias, notadamente o cinema, a fotografia e a pintura. O termo é também utilizado, nesse mesmo sentido de circunscrição de um gênero, em língua espanhola (*periodismo narrativo*) e inglesa (*narrative journalism*), entre outras.

como o ponto de vista e a estilização, o descompasso entre o herói (o protagonista da narrativa) e o mundo, ao mesmo tempo que iluminam o “nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico” (BOSI, 2002, p. 134). Essa narrativa que emerge com a forma do romance e seus heróis problemáticos, como teorizou Georg Lukács (2009), é uma espécie de negatividade de um processo dialético, em que o sujeito, submetido a um conjunto de interações, alcança certa distância que o permite reconhecer e pôr “em crise os laços apertados que o prendem às teias das instituições” (BOSI, 2002, p. 134).

Convém aproximar com sutileza o pensamento de Bosi acerca das relações entre narrativa e resistência da obra de Eliane Brum, uma vez que o conjunto de relatos da autora é predominantemente jornalístico. Ainda que sua narrativa seja considerada como pertencente ao chamado jornalismo literário, Brum é ficcionista bissexta – seu único romance publicado até o momento é *Uma duas* (BRUM, 2012a). Logo, sua obra está, de imediato, sob um imperativo ético, uma vez que a reportagem pode ser vista, em algum grau, como uma narrativa de intervenção social, e não como lugar de fantasia. Em outro artigo (SERELLE, 2022), discuti, inclusive, como, na reportagem *Os vampiros da realidade só matam pobres*, Brum (2012) afirma que a urgência daquele contexto investigado (o de camponeses bolivianos afetados pela doença de Chagas) bloqueia a ficção e demanda a reportagem, forma, segundo a jornalista, mais afeita a uma abordagem direta do mundo que intenciona colocar os problemas como incontornáveis para o leitor.

Na narrativa jornalística de Brum, busca-se, em geral, tanto ampliar a sensibilidade acerca de sujeitos à margem do midiático dominante – ou que quando aparecem nele, como declara Jacques Rancière (2014), quase nunca falam, mas são falados (pelos especialistas), e quase nunca nos devolvem o olhar – quanto denunciar formas de opressão na sociedade brasileira. Não há dúvidas, portanto, que a resistência é tematizada nessa narrativa jornalística. O processo aqui se dá, contudo, na direção contrária: não é marcado pelo movimento do ficcionista que rejeita as convenções e o projeto literário burguês para buscar uma linguagem aderente ao real, mas por uma jornalista que trabalha literariamente o ponto de vista e estilizações produzindo sua resistência também por meio de um sujeito narrativo que, no embate com a vida e as instituições, faz emergir valores que questionam ordenamentos ocidentais (como a própria escrita, a medicalização do cotidiano e noções e práticas desenvolvimentistas que violentam povos originários).

Desse modo, como pretendo demonstrar, se a resistência de *Banzeiro Òkòtó* está mais à vista na urgência da matéria, ela também se manifesta como processo por meio de uma linguagem que pretende criar realidades, abolir hierarquias e instaurar outras relações no mundo e, assim, amainar a condição culturalmente opressora da escrita, instrumento cultural herdado do colonizador. Nesse processo, narra-se, na primeira pessoa de Brum, a impossibilidade de dissolução completa de uma identidade, da condição de *napë*, palavra usada pelos yanomami para designar os brancos e que também significa estrangeiro e inimigo. A narradora, desconfortável na própria pele, busca, todavia (ou em vão), na Amazônia, esvaçar-se e transmutar-se.

A escuta como ato político e método

Muito já se escreveu sobre como Brum propõe um “olhar insubordinado” em relação às pautas jornalísticas; coloca-se, em contraponto à figura do repórter inquisidor, como uma “escutadeira”; intenta democratizar o protagonismo das narrativas e deslocar os eixos entre periferia e centro (cf. ABIIB; VENTURA, 2013; PICCININ; NOBRE, 2014). Esses aspectos identificados pela crítica são ressaltados pela própria Brum, que, em paratextos (prefácios, posfácios, pós-escritos, entrevistas, entre outros), busca definir seu projeto jornalístico-literário. Para

Genette (2009), esses tipos de comentários autorais, de caráter argumentativo e persuasivo, intencionam agir sobre o público e direcionar, de alguma forma, a leitura. Em *Banzeiro Òkòtó*, Brum mostra-se consciente da estratégia ao incorporar, com certa ironia, aspectos reflexivos à própria narrativa. “E como não gosto de ser interpretada de modo superficial, vou cometer alegremente o pecado de orientar a leitura” (BRUM, 2021, p. 63).

A escuta é apresentada em textos anteriores de Brum como principal método de reportagem. Ouvir é mais fundamental do que perguntar. Segundo ela, repórteres não são “seres que perguntam”, como definia, por exemplo, Audálio Dantas (1998), mas seres que valorizam o ato da escuta, pois o sujeito da reportagem é o outro, não o jornalista. No pós-escrito à narrativa “A floresta das parteiras”, publicado em *O olho da rua*, Brum exalta a poesia “feita pela boca” das entrevistadas e afirma que seu trabalho de repórter se resumiu a escutar e a transcrever, “quase uma psicografia de gente viva” (Brum, 2008, p. 38). Nessa reportagem realizada no Amapá, Brum aborda a experiência de mulheres responsáveis pelo nascimento da maioria da população dessa região da Amazônia. O texto valoriza o saber das parteiras e descreve práticas que, devido ao isolamento geográfico, foram preservadas na floresta. A vivência das parteiras, segundo Brum, lembra-nos que “nascer é natural” (BRUM, 2008, p. 19), o que difere do processo de medicalização da vida nos hospitais do Brasil.

O tema da escuta é retomado em *Banzeiro Òkòtó* por meio de narrativas de violência sexual sofridas pelas mulheres em Altamira. Segundo Brum, esses casos emergiam nos depoimentos da grande maioria de mulheres, sem que ela perguntasse especificamente sobre isso. As experiências eram sempre comunicadas a ela nas entrevistas ou conversas informais como se a prática de repórter a tivesse tornado um depósito de confissões, o que lhe é muitas vezes uma condição doída. Escutar, para Brum, é emprestar o corpo ao outro:

Antes de alcançar uma outra pessoa, busco me esvaziar de mim – minha visão de mundo, minhas crenças, meus preconceitos. É óbvio que esse esvaziamento não é completo, porque é impossível abandonar um corpo cultural inteiro. Mas o movimento é fundamental. É o que me faz permitir que a narrativa de outre ocupe o meu corpo como narrativa de outre, e não a narrativa de outre distorcida por aquilo que minhas crenças ou meus preconceitos não me permitem escutar. Se não é assim, não alcanço a outra experiência de existir (BRUM, 2021, p. 60).

Na obra, Brum apresenta a origem do termo “escutadeira”, de que ela se utiliza para se autodefinir. A expressão foi sugerida por uma psicanalista, durante sessão de autógrafa de uma obra de Brum, o que demonstra a relação entre jornalista e profissionais de saúde mental, bastante explorada nos capítulos “1987. refugiados de belo monte” e “5. a equação da resistência: eu + 1 +”. Esses capítulos abordam a Clínica de Cuidado, cujas atividades já haviam sido registradas no documentário “Eu + 1”, produzido em 2017 e disponível no site *Desacontecimentos*, da autora³. A clínica, viabilizada por financiamento coletivo na internet, foi composta por 16 profissionais de saúde mental que voluntariamente se integraram ao movimento refugiados de Belo Monte. A equipe prestou atendimento psicológico, em 2017, na periferia de Altamira, a beiradeiros e famílias expulsos de suas terras pela construção da hidrelétrica.

Na comparação entre a escuta da reportagem e a escuta psicanalítica, Brum conclui, a partir do depoimento da ribeirinha Maria Francineide, que ambos os processos abrem portas aos oprimidos. A narrativa jornalística leva as histórias ao mundo, com potência de denúncia; a escuta psicanalítica, por sua vez, ajuda a abrir as portas para dentro, que rompem com o isolamento e a tristeza imobilizadora daqueles devastados por angústia e depressão e permitem a reconstrução de identidades traumatizadas.

³ Disponível em: <http://elianebrum.com/documentarios/eu1-uma-jornada-de-saude-mental-na-amazonia/>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

Convertidos em pobres

No tratamento da matéria, *Banzeiro Òkòtó* tematiza a resistência e realiza e tensiona, a seu modo deliberadamente desestruturado, aspectos do jornalismo narrativo, tais como a colocação dos eventos em perspectiva histórica, o movimento interpretativo e a narração dos fatos com desenvolvimento de personagens. Pontuarei dois aspectos que contribuíram, no livro, para a dimensão contextual desse jornalismo. Primeiramente, o caráter interpretativo da obra que, em determinados momentos, a torna trabalho de tese. Nesse sentido, o capítulo 12, “A conversão dos povos-floresta em pobres” é um dos mais estimulantes à reflexão ao criticar a noção de pobre, explorada nos espectros políticos à direita e à esquerda e por setores religiosos brasileiros. Para Brum, esse conceito impede o entendimento acerca dos povos-floresta, que não cabem no binômio rico-pobre.

Os beiradeiros podem acordar pela manhã com vontade de pescar, e então pescam. Podem mudar de ideia e, em vez de pescar por um dia, seguirem por dez. Podem rumar para a roça de subsistência, ou resolver fazer outra coisa, até mesmo nada, e deixar para o dia seguinte. Podem morar por anos num canto do rio e, por alguma razão ou por gosto, decidirem fazer a casa em outra margem. Podem até resolver alugar o trabalho do corpo para um fazendeiro, se precisarem de dinheiro por algum motivo, mas deixam o serviço assim que o objetivo pontual é cumprido. A vida é viver, não acumular. Como natureza na natureza, nada de essencial lhes falta (BRUM, 2021, p. 110).

De acordo com a tese, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que expulsou diversos povos de suas terras, foi uma prática de extermínio ao transformar essas pessoas em pobres. Comunidades que viviam positivamente à margem do sistema capitalista, em integração com a floresta, passaram a ter que pagar pela comida e pela moradia e a se preocupar com a aposentadoria. Para Brum, como o genocídio clássico, em que se eliminam diretamente os corpos, sofre hoje barreiras morais, desenvolveram-se esquematicamente outras formas de extermínio desses povos, e a máquina de conversão de povos-florestas em pobres é uma delas. “Expulsar um povo-floresta da floresta é matá-lo, e não há reparação capaz de corrigir a morte cultural, que em alguns casos é seguida pelo adoecimento e pelo fim” (BRUM, 2021, p. 111).

Brum sustenta sua interpretação com o relato dos beiradeiros que foram expulsos de uma ilha do Xingu e passaram a viver, em condições precárias, na violenta periferia de Altamira, no Pará. Essa passagem da interpretação ao factual, por meio da construção de personagens e de traços da entrevista jornalística, marca a flutuação, no texto, da argumentação sociológica à reportagem.

Já a perspectiva histórica dessa narrativa de extermínio (que se quer, como vimos, também de resistência) pode ser apreendida, entre outros momentos da obra, no capítulo 171, “Os gafanhotos da Amazônia”, que narra, a partir da origem geográfica da autora, o fluxo migratório para o território amazônico. Brum descreve duas formas de ocupação da Amazônia pelos gaúchos: uma por meio da grilagem, em que fazendeiros do Rio Grande do Sul expandiram ilegalmente suas posses ao norte do País; outra, por meio do trabalho árduo de pequenos agricultores, muitos deles desprovidos de terra em sua região e que migraram para plantar e tirar o sustento da família por meio do cultivo. A despeito de enfatizar a diferença entre os tipos – um associado ao crime de grilagem; o outro, ao trabalho na terra –, Brum assinala que ambos contribuíram para a destruição da floresta. Na Amazônia, pelo legado de devastação, os gaúchos são comparados aos gafanhotos, “que quando baixam em grande número sobre algo vivo só levantam depois de engolir a última folha” (BRUM, 2021, p. 198).

No capítulo, a crônica histórica sobre a colonização do Rio Grande do Sul e o caráter expansionista daquele povo se entrecruzam com a crônica pessoal de

Brum sobre a dissolução de seu orgulho gauchista. O texto retoma a gênese (mítica e histórica) do gaúcho – já explorada no perfil “O gaúcho do cavalo de pau”, de *A vida que ninguém vê* (BRUM, 2006). Esse texto refere-se a Vanderlei Ferreira, “Dom Quixote de bombacha” (BRUM, 2006, p. 106), que cavalgava um cavalo de pau na maior feira de animais do Rio Grande do Sul. Considerado louco por muitos, Vanderlei é descrito afetivamente por Brum como a encarnação da ilusão do gaúcho como homem errante e sonhador.

Em *Banzeiro Òkòtó*, narram-se a colonização do Rio Grande do Sul por jesuítas, a importação do colono europeu para região e o alegado caráter desbravador e, ao mesmo tempo, impermeável do gaúcho a outras culturas. Brum reflete, também por meio de sua história de vida, sobre o modo como a formação de determinada identidade heroica implicou o apagamento do outro. A jornalista suspeita que o racismo em regiões de colonização europeia no Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do século 20, era mais intenso que em outros lugares do Brasil. Naquela região, mesmo os trabalhos considerados subalternos eram negados às pessoas negras, destinadas, então, à miséria. “A ideia de uma mulher negra cozinhando e lavando provocava espasmos de nojo, como constatei inúmeras vezes ao logo da infância” (BRUM, 2021, p. 185).

A tensão na escrita

A articulação entre o passado histórico e o biográfico aponta para a outra dimensão da resistência no livro, aquela relacionada à tensão da escrita. O relato marca sua gênese em um *eu* (mulher, branca, gaúcha, jornalista, ativista, entre outros qualificativos) que enuncia sua vontade de dissolução para se colocar ao lado dos povos indígenas. A narrativa é, para Brum, uma possibilidade de “experimentar outras peles” (BRUM, 2021, p. 19), mesmo sabendo que, ao final, retornará à sua, agora deformada pela ambivalência de um indivíduo que não se reconhece mais em seu corpo e que, ao mesmo tempo, não pode se integrar plenamente ao povos-floresta (ribeirinhos, quilombolas e indígenas amalgamados à Amazônia).

A transição e a ambivalência são plasmadas pela escrita. Como dito, desde pelo menos o posfácio à segunda edição de *O olho da rua*, Brum tem refletido sobre a violência que a escrita carrega como instrumento cultural herdado do colonizador e que exerce poder sobre a oralidade. A escrita no Brasil, segundo Brum, é muitas vezes usada para excluir, uma vez que desautoriza narradores que se constituem por meio da oralidade e de outras formas simbólicas. É, ainda, um código opressor que confere poderes a profissionais como advogados e médicos que, por meio de seus jargões, “estupram os ouvidos para manter os muros” (BRUM, 2021, p. 88).

Para a intelectual boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2010, 2015), o uso da escrita e da língua europeias permanece como traço fundamental do colonialismo interno das sociedades latino-americanas. As palavras, segundo ela, possuem, nos discursos oficiais e públicos, a função de encobrir a realidade. Esses discursos, ao mesmo tempo em que remetem, por meio de eufemismos, a ideologias igualitárias, não abordam efetivamente a cidadania de grande parte da população. Rivera Cusicanqui propõe, então, a investigação por meio de uma sociologia das imagens, que objetiva descolonizar o olhar e acessar outros valores e relações entre tempo e espaço. “As imagens nos oferecem interpretações e narrativas sociais, que desde os séculos pré-coloniais, iluminam este fundo social e nos oferecem perspectivas de compreensão crítica da realidade” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 19, tradução nossa). Durante anos, ao entrar em crise diante do recrudescimento das políticas neoliberais na América Latina, Rivera Cusicanqui deixou a escrita acadêmica para se dedicar à produção audiovisual. “[O]s meios audiovisuais tocam a sensibilidade popular melhor que a palavra escrita, e essa constatação foi uma das bases para retirar-me por um tempo da escrita e explorar o mundo da imagem” (RIVERA CUSICANQUI, 2015, p. 20, tradução nossa).

Embora seja também realizadora de documentários audiovisuais, Brum não abandona a escrita, mas a questiona como instrumento inerentemente dominador. Como poderia denunciar a violência por meio da escrita, código herdado da colonização? Conclui que a contradição não deve ser contornada, mas carregada e expressada, o que demanda a incorporação dessas reflexões à própria reportagem. A reflexividade é a articulação discursiva que permite que Brum permaneça no jornalismo e faça usos da linguagem ao mesmo tempo em que a problematiza.

Um dos primeiros apontamentos no livro sobre o tensionamento na escrita está na nota de rodapé que avisa ao leitor, logo no início da obra, do uso da linguagem inclusiva e neutra “para acolher outras vidas e criar outros mundos” (Brum, 2021, p. 5). Para Brum, não somente a realidade opera sobre a linguagem, mas também a linguagem pode atuar sobre a realidade, transformando-a. A todo tempo, Brum refere-se a pessoas humanas e não humanas, com o intuito de descentralizar o humano e estabelecer relações de horizontalidade entre o homem e outras espécies no ecossistema. A reivindicação antropocena atravessa o livro: não se deve ver a floresta como pertencente aos humanos, mas são os humanos que pertencem à floresta. Mais do que isso, não deve haver qualquer separação que possa ressaltar hierarquicamente o elemento humano.

Para os povos originários, não existe a natureza e as pessoas humanas, uma coisa e outra coisa. Há apenas natureza. Os indígenas não estão na floresta, eles são floresta. Interação com que os brancos chamam de floresta, como também interação as pessoas não humanas. A floresta é tudo, o visível e o não visível (BRUM, 2021, p. 23).

A numeração dos capítulos é, juntamente com o uso da linguagem inclusiva e neutra, o aspecto mais perceptível da subversão da estrutura do livro. Para além de suporte, o código, que supõem determinada coerência e unidade por meio da contiguidade física dos textos ali reunidos, é uma materialidade difusora e consolidadora do pensamento em linha, de uma cultura e de formas de interação social escolásticas europeizantes. Representações mentais e operações intelectuais especificamente ligadas à cultura do livro foram impostas, nos últimos séculos, como assinala Roger Chartier (2000, p. 29), “a outras culturas pela colonização e industrialização mundial”. Na ordem dos livros, mesmo quando os capítulos são autônomos, a numeração avança.

A escrita, como define Vilém Flusser (2002, 2007), instaura o pensamento ocidental em linha, por meio de um texto que estabelece relações causais entre eventos. “A escrita permite transcodificar o tempo circular em linhas [e] traduzir cenas em processos” (FLUSSER, 2002, p. 9). Brum não pode prescindir do pensamento em linha, pois é por meio do texto que a reportagem se constitui. “Essa linguagem é branca, porque escrevo para não indígenas, e também para os não indígenas escrevem os pesquisadores” (BRUM, 2021, p. 23). Mas Brum elimina a numeração sequencial como se buscasse reproduzir o redemoinho que pode tragar o viajante.

O livro inicia-se no capítulo 11, que pergunta: “onde começa um círculo?”, e sua numeração vai até o 00, “#liberteofuturo”, com duas seções finais não numeradas (“entremundos” e *agradeço*, além das notas). Entre o início e o fim, os capítulos, com títulos sempre em letras minúsculas, são numerados de forma não sequencial: 31, 2, 25, 45, 7 (os primeiros) e 69, 2041, 2042, 2019 (entre os últimos).

Proponho algumas leituras para essa desestrutura. A primeira, mais de fundo, refere-se à crítica ao referido pensamento em linha, caracterizado pela progressão e pela ideia de história, entendida como um projeto em direção a algo. Para Flusser (2007), a escrita, por meio de sua progressão linear, dá início à história. Por isso, “escrever é um gesto importante, porque não só articula como também produz aquele estado mental chamado de ‘consciência histórica’” (Flusser, 2007, p. 139). Para Brum, muitas dessas marcas da linearidade da civilização ocidental estão presentes, como estrutura de pensamento, na rotina jornalística, como quando, por exemplo, treina-se o repórter para sempre perguntar a idade dos entrevistados.

Parte do zero e vai se dividindo em faixas etárias. Tudo é construído ao redor dessa convenção: as estatísticas, o que devemos sentir, o que acontece com o corpo e com a mente, a qualidade da vida, o momento em que se espera morrer. Vai-se do zero para algum lugar em linha reta. Quanto maior a expectativa de vida, supostamente mais desenvolvida é a nação a que se pertence. As pessoas se pensam com esses números marcados por aniversários registrados em papel e agora também na nuvem (BRUM, 2021, p. 13).

Vimos, anteriormente, como a própria autora faz uso de elementos históricos para contextualizar a invasão e destruição da Amazônia. A desestruturação dos capítulos é, nesse sentido, movimento a contrapelo, que busca tensionar a “linguagem branca” de que não se pode escapar. Contra a noção de progresso e de tempo histórico linear, tem-se o tempo mítico do mundo. O chamado progresso da humanidade não resulta, necessariamente, no aperfeiçoamento ético dela. A frase de Viveiros de Castro citada na obra é nesse sentido contundente: “Os indígenas são especialistas em fim de mundo, já que o mundo deles acabou em 1500” (Castro citado por Brum, 2021, p. 72). Isto é, o apocalipse já aconteceu e está sempre acontecendo. “E, assim, os mundos indígenas acabaram mais de uma vez. Para algumas etnias, o mais recente apocalipse foi provocado ao terem sido deixadas deliberadamente expostas à doença [Covid-19]”, conclui Brum (2021, p. 76).

A segunda possibilidade de leitura da numeração é a partir do cotejo com o conteúdo dos capítulos. 171, sobre o referido capítulo “os gafanhotos da amazônia”, remete ao código do artigo penal; 666, “o fim do mundo não é fim. é meio”, ao símbolo da besta e ao apocalipse; 10, “a bola de futebol”, ao número de camisa do craque. Outros capítulos parecem remeter a datas, como 2018, que narra, segundo a autora, aquele que foi o melhor Réveillon de sua vida, em que acompanhou o nascimento de tartarugas no Tabuleiro do Embaubal, no Pará, área protegida para desova da espécie. A leitura dos números torna-se um exercício interpretativo, que toca o lúdico (joga-se com o leitor) e a ironia. Dessa forma, os capítulos também ganham determinada autonomia e podem ser lidos e relidos de forma não sequencial.

Por fim, gostaria de apontar como, por meio da imagem recorrente do redemoinho, a obra opera desconstruções genéricas. No prefácio de *A menina quebrada*, Brum já assinala essa insuficiência acerca do gênero:

Se as divisões arbitrárias de cultura, comportamento, economia, política etc. — ou variações similares — servem para organizar a publicação, qualquer jornalista sabe que uma boa reportagem ou um bom ensaio ou uma boa coluna é misturada, porque a vida não se deixa compartimentar. Ao contrário, ela escapa das definições, escapa até das palavras (BRUM, 2013, p. 8).⁴

Banzeiro Òkòtó é, nessa mesma entoação, narrativa antigênero. A ficha catalográfica do livro o classifica como texto de sociologia, mas são sensíveis na obra, como dito, os fundamentos da reportagem. Pode-se afirmar que, no redemoinho, a reportagem e o jornalismo, de modo geral, se diluem. O próprio jornalismo torna-se empenhado à beira do ativismo. Podemos interpretar esse último movimento, de acordo com Adrienne Russell (2013), como uma tendência das abordagens jornalísticas interpretativas sobre problemas globais urgentes, como é o caso da emergência climática, em que a imparcialidade se torna valor impertinente. Para Russell (2013), narrativas jornalísticas, em diversas mídias, têm sido também afetadas pelos modos de enunciação que caracterizam perfis ativistas das plataformas sociodigitais, cujo posicionamento mistura opinião, fato e emoção.

Essa especulação não parece, contudo, dar conta da complexidade de *Banzeiro Òkòtó*. Mais produtivo, talvez, seja apreender a obra como uma narrativa que propõe travessias ao jornalismo narrativo. Pode-se mesmo perguntar se a forma desestruturada não leva o jornalismo narrativo a outro lugar, com a transgressão de um modelo que possui, pelo menos desde o novo jornalismo estadunidense, o romance como forma paradigmática. *Banzeiro Òkòtó* demonstra que o jornalis-

⁴ Devo ao doutorando Carlos Henrique Pinheiro a recuperação dessa reflexão em Brum, que contribui para a argumentação deste texto.

mo narrativo não existe *a priori* como forma imposta. Ao retirar as escoras dos gêneros, apresenta-nos uma narrativa produzida de dentro para fora, em que o tema articulado a uma concepção culturalmente tensionada de escrita produzem organicamente um modo de narrar.

Considerações finais

Banzeiro Òkòtó (o vórtex e o caracol) é uma metáfora que faz convergir as trajetórias pessoal e jornalística de Brum e o movimento que centraliza a Amazônia no mundo. Na obra, a resistência manifesta-se, em primeiro plano, na tematização, com tomada de posição face à emergência climática. Nisso, as figuras da jornalista e da ativista socioambiental se interpenetram, sem, segundo a autora, prejuízo ao jornalismo. Como narrativa de intervenção, a obra aborda a situação-limite para agir diretamente sobre a realidade exposta. Seu ato final pretende ocorrer, portanto, não no fechamento da obra, mas a partir dela por meio de engajamento e moção do leitor. Para atar palavra e ação, o jornalismo narrativo de Brum utiliza-se de diversos gêneros: a reportagem, evidentemente, mas também o ensaio, a pesquisa social, a crônica histórica e a autobiografia, que fundamentam trabalhos de tese e a denúncia. Essa hibridação indica que, na perspectiva de Brum, a abordagem complexa e engajada de violências históricas e estruturais pelo jornalismo narrativo não pode se submeter à compartimentalização genérica.

No entanto, a resistência manifesta-se também como tensão na escrita, pelo seu mencionado caráter antigênero e também pela reflexividade, âmbito tão importante da escrita de Brum como o das histórias contadas dos outros. Ao reconhecer e problematizar a escrita e a língua do colonizador como instrumentos de violência cultural, Brum expõe o paradoxo da reportagem jornalística voltada para a existência desse outro. A jornalista não pretende contornar o paradoxo, mas, consciente de que a linguagem tanto reproduz como cria realidades, experimenta, na língua, modos inclusivos e neutros de afirmar todo tipo de vida; segundo ela, pessoas humanas e não humanas. Busca, ainda, em outra estratégia, desestruturar a ordenação dos capítulos, sua numeração e linearidade, para remeter o livro ao tempo circular, que reencena o redemoinho do título e solapa determinada noção ocidental de progresso.

A investida contra a estrutura é também contra a esquematização jornalística do texto, contra a técnica usualmente não questionada. A consciência de que a linguagem carrega marcas da cultura que a forjou faculta a percepção de que não há linguagem neutra e transitiva e que mesmo quando se busca apagar, no texto, marcas de subjetividades, há valores e uma estrutura de pensamento que operam nele. Voltando-se sobre si mesmo, o jornalismo narrativo de Brum ao mesmo tempo reconhece e enfrenta a dificuldade da reportagem.

Por fim, *Banzeiro Òkòtó* é também a narrativa ambivalente de uma subjetividade, relacionada à identidade da autora-narradora, desestruturada ao se radicar na Amazônia, e suas formações fugidias no texto. Para Brum, a narrativa é lugar de experimentação de identidades e esse “eu” que fala no texto se constrói por meio de uma colocação de máscara, pois, mesmo na reportagem, ele é um ser de linguagem, o que permite que Brum se posicione ao lado dos indígenas. Mas, como a autora reconhece, o ser no texto é um deslocamento provisório, pois ela sempre retornará ao corpo da jornalista branca. Concluo com as palavras dela: “Quando um *napë* entra na Amazônia, no sentido mais profundo, há que saber que nunca mais caberá no próprio corpo, mas também não será capaz de assumir inteiramente um outro” (Brum, 2021, p. 19).

Referências Bibliográficas

ABIB, T.; VENTURA, M. O jornalismo de desacontecimentos: um estudo da produção noticiosa de Eliane Brum. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. Anais [...]*. Bauru: Intercom, 2013.

BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRUM, E. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, E. **O olho da rua**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

BRUM, E. Os vampiros da realidade só matam pobres. *In: LLOSA, M. V. et al. Dignidade*. São Paulo: Leya, 2012. p. 25-50.

BRUM, E. **Uma duas**. São Paulo: Leya, 2012a.

BRUM, E. **A menina quebrada**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BRUM, E. **O olho da rua**. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRUM, E. **Banzeiro Òkòtó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CHARTIER, R. As revoluções da leitura no ocidente. *In: ABREU, M. (org.). Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 19-31.

CROCE, B. Aquilo do que a arte se distingue. *In: CROCE, B. Breviário de estética*. São Paulo: Ática, 1997. p. 158-161.

DANTAS, A. **Repórteres**. São Paulo: Senac, 1998.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FLUSSER, V. **O mundo codificado**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GENETTE, G. **O discurso da narrativa**. 3. ed. Lisboa: Veja, 1995.

GENETTE, G. **Paratextos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2009.

PICCININ, F; NOBRE, K. Quando a personagem vira fonte. *In: GABRIEL, R. et al. Tecendo conexões entre cognição, linguagem e leitura*. Curitiba: Multideia, 2014. p. 452-439.

RANCIÈRE, J. A imagem intolerável. *In: RANCIÈRE, J. O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 83-102.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Sociología de la imagen: ensayos**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

RUSSELL, A. Innovation in hybrid spaces: 2011 UN Climate Summit and the expanding journalism landscape. **Journalism**, v. 14, n. 7, p. 904-920, out. 2013.

SERELLE, M. A reportagem autorreflexiva: o encontro com o outro entre textos e paratextos jornalísticos. **Revista Famecos**, v. 25, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2018.

SERELLE, M. Urgência de não ficção: enfrentamentos políticos e literários do jornalismo narrativo. **Galáxia**. São Paulo, v. 47, p. 1-21, 2022.

WALSH, R. **Operação massacre**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.